

Outras Disponibilidades Financeiras <Identificação das outras disponibilidades financeiras>		Outras Obrigações Financeiras <Identificação das obrigações mais relevantes do Poder ou órgão>	
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO	
PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)		PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	
TOTAL		TOTAL	
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			

FONTE: SIAFEM/2010

Nota:

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO

Diretor de Orçamento e Finanças

IOLANDA DAS GRAÇAS RODRIGUES ALVES

Controle Interno

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199812
ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2010

LRF, art. 48 - Anexo VII	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	52.436.713	0,5751
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,6544%	59.667.863	0,6544
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 0,6217%	56.686.294	0,6217

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		89.906

FONTE: SIAFEM/2010

Nota:

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO

Diretor de Orçamento e Finanças

IOLANDA DAS GRAÇAS RODRIGUES ALVES

Controle Interno

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199801

ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	63.696.942	
Pessoal Ativo	52.380.274	
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.316.668	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (§ 1º DO ART. 18 DA LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	11.260.229	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	633.018	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	1.449.001	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.178.211	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	52.436.713	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	52.436.713	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	9.117.949.795
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,5751
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 0,6544%	59.667.863
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 0,6217%	56.686.294

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota: A despesa com pessoal apresentada obedece ao disposto na Resolução TCE nº 16.769, de 14/08/2003.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO

Diretor de Orçamento e Finanças

IOLANDA DAS GRAÇAS RODRIGUES ALVES

Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199804

ESTADO DO PARÁ – PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")	R\$ 1,00			
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS		EMPENHOS	
	Liquidados e Não Pagos (Processados)	Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)	CANCELADOS E	
			NÃO INSCRITOS	POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS		506.054		910.339
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA <Identificação do Órgão, quando o demonstrativo for específico de um órgão; ou relação de órgãos do Poder, quando o demonstrativo for do Poder Legislativo ou Judiciário; ou relação das entidades do Poder Executivo>				
TOTAL				
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Apurado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)				89.906
FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS		EMPENHOS	
	Liquidados e Não Pagos (Processados)	Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)	CANCELADOS E	
			NÃO INSCRITOS	POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
0101		506.054		910.339
TOTAL				

FONTE: SIAFEM/2010

Nota:

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro Presidente

EVERALDO RAMOS PINHEIRO

Diretor de Orçamento e Finanças

IOLANDA DAS GRAÇAS RODRIGUES ALVES

Controle Interno

RESENHA DE PORTARIAS
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199864
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ.
PORTARIA N° 0172/2011 – TCM, DE 27/01/2011
Nome: DEUZA LUCIA V. GADELHA BARBOSA
Assunto: Colocando-a à disposição da Secretaria de Estado de Administração
A contar de 01/01/11.

PAUTA DE JULGAMENTO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 199928
PAUTA DE JULGAMENTO

O Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará comunica ao interessado que o Egrégio Plenário desta Corte julgará, na sessão a ser realizada no dia 03 de fevereiro de 2011, às 9 horas, em sua sede, o seguinte processo: 01) Processo nº 773612005-00
Responsáveis: Jefferson Pereira de Andrade (período de 01.01 a 11.11.2005) e Marileide do Nascimento (período de 12.11 a 31.12.2005)
Origem : Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Pará
Assunto : Prestação de Contas de 2005
Relator : Conselheiro Alcides Alcantara
Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 28 de janeiro de 2011.
a) Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral